SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

APELANTE(S): LAURO CESAR DA SILVAE OUTRO(S)
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO

Número do Protocolo: 24967/2016
Data de Julgamento: 28-08-2018

E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – **PRELIMINAR** DE NULIDADE DA SENTENÇA PELA NÃO-INDIVIDUALIZAÇÃO DAS PENAS E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO – REJEITADA – **MÉRITO** – FRAUDE EM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE POCONÉ – DESVIO E UTILIZAÇÃO DE VERBA PÚBLICA EM BENEFÍCIO PRÓPRIO – COMPROVAÇÃO EM RELAÇÃO A TODOS OS RECORRENTES – ATOS QUE CAUSAM LESÃO AO ERÁRIO – SANÇÕES – INDIVIDUALIZAÇÃO – CONDUTAS EQUÂNIMES – MESMA PENALIDADE – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA – PROPORCIONALIDADE RESPEITADA – RECURSO DESPROVIDO – SENTENÇA MANTIDA.

Afasta-se a preliminar de nulidade da sentença por falta de fundamentação se, apesar de sucinto, aquele ato judicial foi suficientemente motivado com as razões do magistrado para condenar os agentes ímprobos pela prática de atos de improbidade administrativa previstos nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº. 8.429/92, atendendo, a contento, o art. 93, IX, da Constituição Federal.

A jurisprudência, especialmente a do Superior Tribunal de

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

Justiça, consolidou entendimento segundo o qual a conduta do agente, nos casos dos arts. 9º e 11 da Lei nº. 8.429/92, há de ser sempre dolosa, por mais complexa que seja a demonstração desse elemento subjetivo, ao passo que nas hipóteses do art. 10 da mesma legislação, cogita-se que possa ser culposa, mas em nenhuma das hipóteses legais se diz que possa a conduta do agente ser considerada apenas do ponto de vista objetivo, gerando a responsabilidade objetiva. Assim, a existência de meras irregularidades administrativas não são aptas a ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade, na medida em que *“a Lei de Improbidade Administrativa não visa punir o inábil, mas sim o desonesto, o corrupto, aquele desprovido de lealdade e boa-fé; e por isso, necessário o dolo genérico na conduta do agente”* [REsp 1512047/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 30/06/2015].

Demonstrado o esquema fraudulento de inserção de dados falsos em sistema de gerenciamento de folha de pagamento de servidores municipais, bem como comprovado o desvio de verba pública em proveito próprio, causando danos ao erário, enquadrando-se a conduta dos réus naquelas prevista no art. 10 da Lei nº. 8.429/1992, é de manter-se a condenação pela prática de ato ímprobo, contrária aos princípios da legalidade e da moralidade pública.

Não há afronta ao princípio da individualização da pena quando as condutas praticadas por cada réu possuem a mesma reprovabilidade e contribuem de forma proporcional para a prática do delito, tornando o resultado prático inegavelmente equânime para todos. Precedentes do STJ.

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

APELANTE(S): LAURO CESAR DA SILVAE OUTRO(S)
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATÓRIO

EXMA. SRA. DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

Egrégia Câmara:

Trata-se de recurso de apelação interposto por **LAURO CESAR DA SILVA, ACÁCIO LOURENÇO DA SILVAE KÉZIA CHRISTINY DA SILVA** contra r. sentença proferida pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Poconé-MT, lançada nos autos da Ação Civil Pública por Ato de Improbidade movida pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO** em desfavor dos ora recorrentes e de outros réus, que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, condenando-os às sanções do art. 12, incisos I, II e III, da Lei nº. 8.429/92, quais sejam: (a) ressarcimento integral dos danos causados ao erário no importe de R\$527.945,88 [quinhentos e vinte e sete mil, novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos]; (b) perda dos bens e valores ilicitamente acrescidos ao patrimônio dos réus/apelantes; (c) suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 08 [oito] anos; (d) proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de 05 [cinco] anos; e (e) pagamento de multa civil de 01 [uma] vez do valor do acréscimo patrimonial, como forma de censurá-los pela conduta contrária aos princípios que regem os atos da Administração Pública e de prejuízo ao erário.

Nas mesmas penas ainda foram incursos os demandados Tiago da Silva Gomes, Hélio Martiniano da Cunha, Benedito Geraldo Pinto de Oliveira e Mario Fernandes da Silva, com o acréscimo de que em relação a estes fora imposta a sanção de perda do cargo ou função público então desempenhada junto à Prefeitura de Poconé, absolvendo, contudo, os réus Clóvis Damião Martins e Carlina Falcão de Arruda Calábria, ante a inexistência de comprovação de má-fé, proveito próprio ou a terceiros no desvio do dinheiro público. Por fim, o togado singular decretou a

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

indisponibilidade dos bens imóveis, móveis e dinheiro dos réus visando assegurar a integral reparação dos danos causados ao erário público, bem como condenou-os ao pagamento das custas e despesas processuais [fls. 1146/1156 – Vol. VI].

Em suas razões recursais, os apelantes suscitam, em sede de preliminar, a nulidade da sentença por ausência de fundamentação, haja vista que os fatos foram apurados de forma genérica, sem individualização das ações e penas na medida da participação de cada denunciado.

No mérito, defendem que o édito condenatório padece de ilegalidades, na medida em que os argumentos dispendidos na marcha processual não foram regularmente sopesados pelo togado singular, porquanto restou evidenciado que os recorrentes Késia e Acácio não detinham conhecimento da origem ilícita dos recursos movimentados por Lauro, já que este possuía outra fonte de renda, diversa dos proventos do cargo ocupado na municipalidade, no caso, a promoção de eventos na cidade de Poconé.

Por fim, reforçam a carência de comprovação da parcela de contribuição de cada um dos recorrentes, bem como da própria discriminação dos bens adquiridos com recurso ilícito, de modo que entendem indevida a manutenção do decreto de indisponibilidade sobre os bens adquiridos de forma lícita, ante a possibilidade de arrecadação dos mesmos como garantia de ressarcimento dos prejuízos provocados por terceiros.

A par disso, requerem o provimento do recurso para que seja a sentença impugnada totalmente reformada, a fim de restabelecer o devido processo legal ou, subsidiariamente, que seja individualizada as ações e penas na medida da participação de cada um dos apelantes [fls. 1159/1166].

Contrarrazões ofertadas pelo *Parquet* às fls. 1170/1190, em que refuta os argumentos dos recorrentes, pugnando, ao final, pelo desprovimento do apelo e manutenção integral da sentença por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Encaminhados os autos para a d. Procuradoria-Geral de Justiça, esta, por meio do parecer de lavra da douta Procuradora Eliana Cícero de Sá Maranhão

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

Ayres, opina pela rejeição da preliminar e, no mérito, pelo provimento parcial da apelação, apenas para afastar a condenação imposta ao recorrente Acácio Lourenço da Silva, ao argumento de que *“não há nos autos provas suficientes que atestem sua participação no esquema montado para desviar recursos públicos”* [fls. 1202/1205].

É o relatório.

P A R E C E R (ORAL)

O EXMO. SR. DR. EDMILSON DA COSTA PEREIRA

Ratifico o parecer escrito.

V O T O PRELIMINAR - NULIDADE DA SENTENÇA PELA
NÃO-INDIVIDUALIZAÇÃO DAS PENAS E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO
EXMA. SRA. DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES
(RELATORA)

Egrégia Câmara:

Os apelantes arguem a nulidade da sentença impugnada, ao argumento de que seria ela genérica, sem a necessária individualização pormenorizada das condutas ímprobas supostamente praticadas e das penas impostas a cada denunciado-recorrente, caracterizando, pois, a ausência de fundamentação.

Pois bem. Conforme disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal e no art. 165 do Código de Processo Civil/73, todas as decisões judiciais devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade.

Logo, o vício que ora se alega somente se verifica quando há inequívoca ausência dos fundamentos que levaram o julgador a formar seu convencimento, porquanto a Constituição não exige que a decisão seja extensivamente fundamentada, sendo válida sua fundamentação de forma sucinta, de modo que havendo um mínimo de fundamentação, não se pode falar em ausência dessa.

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

Ademais, o Juiz não está obrigado a responder a todas as alegações das partes, ainda mais quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão; e nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder, um a um, a todos os seus argumentos.

Confira-se, a propósito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema:

“Destarte, não está obrigado o Magistrado a julgar a questão posta a seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas, sim, com o seu livre convencimento (art. 131, do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, aspectos pertinentes ao tema, jurisprudência pacificada e da legislação que entender pertinente ao caso concreto” (STJ, Emb. Decl. nos Emb. Decl. no REsp 141604-RS, Ministro Rel. José Delgado, 1ª Turma).

No mais, o inconformismo da parte sucumbente não pode ser confundido com ausência de motivação da decisão, até porque, repita-se, o que caracteriza a nulidade é a total ausência de motivação, mas nunca a brevidade desta ou a contrariedade ao interesse de uma das partes. Nesse sentido, os seguintes Precedentes: Ap 66468/2017, DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 18/06/2018, Publicado no DJE 10/07/2018; Ap 18576/2016, DES. MÁRCIO VIDAL, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 13/03/2017, Publicado no DJE 23/03/2017.

Do mesmo modo, não merece acolhida a prefacial arguida pelos apelantes de nulidade da sentença por ausência de individualização das penas, haja vista que, da atenta leitura da sentença, denota-se que o togado singular, respaldando seu entendimento com base na doutrina e jurisprudência desta Corte de Justiça, além dos Tribunais Superiores, culminou por julgar parcialmente procedente os pedidos vindicados na inicial, consistente na prática de ato atentatório contra os princípios que

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

regem a Administração Pública, causador de dano ao erário público, de modo que a condenação abranjeu todos os réus de acordo com os elementos constantes dos autos.

Portanto, ao contrário do alegado pelos apelantes, a sentença foi devidamente fundamentada, tendo o magistrado *a quo*, conquanto sucintamente, exposto tanto as ações como os motivos pelos quais entendeu necessária a aplicação das penas de suspensão dos direitos políticos por oito anos e de proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por cinco anos, de perda dos bens e valores ilicitamente acrescidos ao patrimônio dos réus/apelantes, de multa civil no valor de uma vez do valor do acréscimo patrimonial, e de ressarcimento integral dos danos causados ao erário público, atendendo, assim, o disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal.

Com esses fundamentos, **rejeito** a preliminar em voga.

É como voto.

V O T O

EXMA. SRA. DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

(RELATORA)

Egrégia Câmara:

De início, registro que o presente feito deve ser analisado à luz do Código de Processo Civil de 1973, tendo em vista que a sentença invectivada foi proferida em **05/05/2015**, ou seja, quando ainda não se encontrava vigente o novo regime de ritos processuais instaurado por meio da Lei nº. 13.105/2015, estando, pois, em consonância com o Enunciado nº. 02 do colendo Superior Tribunal de Justiça, aprovado em sessão Plenária, realizada aos 16 de março de 2016, que assim dispõe:

“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

Justiça.” [Grifos nossos]

Como relatado, trata-se de recurso de apelação interposto por **Lauro Cesar da Silva, Acácio Lourenço da Silva e Kézia Christiny da Silva**, visando infirmar a sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito, Dr. Ramon Fagundes Botelho, que julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais vertidos na Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa intentada pelo *Ministério Público Estadual*, que tramitou perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Poconé sob o Código 69495, o qual, vislumbrando o cometimento de ato ímprobo, relacionado ao conluio arquitetado pelo primeiro recorrente e outros servidores públicos do Município de Poconé com um fito único de causar prejuízos ao erário em benefício próprio, condenou todos os agentes nas penas do art. 12, incs. I, II e III, da Lei nº. 8.429/92, com os seguintes fundamentos.

Logo, o objeto posto em mesa se limita à irresignação dos réus em epígrafe, tendo em vista que os demais acusados – Tiago da Silva Gomes, Hélio Martiniano da Cunha, Benedito Geraldo Pinto de Oliveira e Mario Fernandes da Silva –, embora regularmente intimados da sentença [certidão de fl. 1157 – Vol. VI], deixaram transcorrer *in albis* o prazo para interposição de apelação, de modo que, em relação a eles, o édito condenatório produz efeitos em sua integralidade.

Eis os termos do dispositivo da sentença impugnada:

“III – Dispositivo

Ante o exposto, o PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JULGA PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos na inicial para condenar os réus LAURO CESAR DA SILVA, TIAGO DA SILVA GOMES, HÉLIO MARTINIANO DA CUNHA, BENEDITO GERALDO PINTO DE OLIVEIRA, MARIO FERNANDES DA SILVA, ACÁCIO LOURENÇO DA SILVA e KEZIA CHRISTINY DA SILVA, todos qualificados nos autos, por ato de improbidade administrativa, com fundamento nos artigos 9º, I, VII, VIII, IX, X, XI, XII, art. 10, incisos I, II,

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

III, VI, IX e XII, art. 11, incisos I c/c art. 12, incisos I, II e III, todos da Lei n. 8.429/92 (LIA). Por outro lado, ABSOLVE os réus CLÓVIS DAMIÃO MARTINS e CARLINA FALCÃO DE ARRUDA CALÁBRIA, também qualificados, das imputações iniciais.

Fixa-se as seguintes sanções:

A) ressarcimento integral dos danos causados ao erário no importe de R\$ 527.945,88 (quinhentos e vinte sete mil novecentos quarenta cinco reais e oitenta oito centavos), nos termos dos artigos 9º, 10º c/c 12, inciso I, II, devidamente corrigidos pelo INPC desde a data de cada estipêndio indevido nas folhas de pagamento do município de Poconé, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, ex vi do art. 18 da Lei n. 8.429/92.

B) a perda dos bens e valores ilicitamente acrescidos ao patrimônio dos réus em razão dos atos praticados.

C) perda do cargo ou função pública dos réus: Tiago da Silva Gomes, Hélio Martiniano da Cunha, Benedito Geraldo Pinto de Oliveira, Mario Fernandes da Silva, das funções públicas junto ao município de Poconé.

D) suspensão dos direitos políticos dos réus por 8 (oito) anos e a proibição de contratar com o Poder Público, receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo 05 (cinco), artigo 9º c/c 12, I da Lei n. 8.429/92.

E) pagamento de multa civil de 01 (uma) vez do valor do acréscimo patrimonial, nos termos do art. 12, I da Lei n. 8.429/92.

Por consequência desta decisão, DECRETA-SE a indisponibilidade dos bens imóveis, móveis e dinheiro dos réus visando assegurar a integral reparação dos danos causados ao erário público.

CONDENA-SE os réus ao pagamento das custas e despesas processuais, intimando-os para o devido recolhimento.

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

Por consequência, EXTINGUE o processo com resolução do mérito, na forma do art. 269, I, do CPC. [...]” – fls. 1146/1156, Vol. VI.

Inconformados com essa decisão, os ora apelantes defendem, em apertada síntese, que o *decisum* foi proferido à revelia dos elementos constantes dos autos, na medida em que restou evidenciado durante a instrução processual que os últimos recorrentes – Acácio e Kézia – não agiram com dolo ou culpa, haja vista que desconheciam a origem do dinheiro movimentado nas respectivas contas, tampouco há mensuração acerca da participação dos mesmos no prejuízo causado à municipalidade, de modo que deve ser afastada a condenação imposta pela prática de ato de improbidade.

Pois bem. Sabe-se que a Lei nº. 8.429/92, comumente conhecida como “Lei de Improbidade”, normatizando em nível infraconstitucional o §4º do art. 37 da CF/88, dispôs que os agentes públicos, servidores ou não, que atentem contra a Administração Direta, Indireta ou Fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem assim das outras entidades mencionadas em seu art. 1º e respectivo parágrafo único, estão sujeitos às penalidades nela previstas, cabendo ao Ministério Público ou à pessoa jurídica interessada a propositura da ação correspondente [art. 17].

De acordo com a legislação em esboço, há três modalidades de improbidade, ou seja, atos que importam enriquecimento ilícito [art. 9º], atos que causam prejuízo ao Erário [art. 10] e atos que atentam contra os princípios da Administração Pública [art. 11].

Por sua vez, no tocante à controvérsia em torno do elemento anímico e motivador da conduta da parte acusada, a jurisprudência pátria, especialmente a do STJ, considera indispensável, para a caracterização de improbidade, que a atuação do agente seja dolosa, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º [atos que importam enriquecimento ilícito] e 11 [atos que atentam contra os princípios da Administração Pública], ou pelo menos eivada de culpa, para as condutas elencadas no artigo 10 [atos que causam prejuízo ao Erário]. Nesse sentido, o seguinte Precedente:

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

REsp 1659553/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 30/06/2017.

Destarte, o ato de improbidade administrativa consoante figuras do artigo 11 da Lei nº. 8.429/92, tal como a hipótese em mesa, não exige dolo específico, ou seja, o indisfarçável propósito de enriquecer-se ilicitamente, lesionar o erário ou violar seus vetores constitucionais. Para tanto, basta o dolo *lato sensu* [genérico], que se aperfeiçoa com o simples descumprimento deliberado do comando legal, dele decorrendo a consecução de fim contrário ou estranho ao comum [AgInt no REsp 1664265/MT, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 04/05/2018].

Feito este registro conceitual, denota-se da leitura da peça de ingresso e das restantes intervenções postulatórias do *Parquet* Estadual, que a presente demanda foi ajuizada em 27/05/2011 [fl. 02], visando à imposição das sanções cominadas pelo art. 12, incisos I, II e III, da Lei nº. 8.429/92, sob o mote da perpetração de atos de improbidade emoldurados na tipologia abstrata dos artigos 9º, incisos XI e XII, 10, incisos I, XI e XII, e 11, *caput* e inc. I, do mesmo diploma sancionador.

Segundo se extrai dos autos, o objeto desta ACP gira toda em torno da prática orquestrada e contumaz de atos de improbidade administrativa perpetrados por servidores públicos – efetivos e comissionados – do Município de Poconé, bem como de particulares, consubstanciados na malversação de recursos do erário, mediante esquema fraudulento de inserção de dados falsos no sistema de gerenciamento de folha de pagamentos/empenhos da prefeitura municipal, tendo por base os elementos apurados no Procedimento de Investigação Criminal GEAP nº. 002653-073/2010, que por sua vez deu ensejo à Ação Penal nº. 68/2011 [fls. 38/933 – Vol. I a V] e da Auditoria Interna realizada pela Prefeitura Municipal acostada às fls. 759/760 – Vol. IV, conclusiva no sentido de que o valor desviado no período entre junho/2008 e dezembro/2010 era da monta de R\$494.548,67 [quatrocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos].

Ainda segundo o *Parquet*, o *modus operandi* do demandado

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

Lauro consistia em forjar requerimentos de liquidação de empenhos, mediante a inserção de dados falsos no sistema de gerenciamento de folhas de pagamento da Prefeitura Municipal pela facilitação do cargo então desempenhado [Assessor Técnico lotado no Departamento SPAF – Finanças e Contabilidade], em valores supervalorizados, sendo os mesmos transferidos para conta particular, de terceiros estranhos à serventia da municipalidade, bem como de parentes. Para tanto, escudava-se no auxílio de outros servidores públicos, os também demandados Thiago da Silva Gomes, Hélio Martimiano da Cunha, Benedito Geraldo Pinto de Oliveira e Mário Fernandes da Silva.

Os fatos imputados aos ora apelantes, bem como dos demais envolvidos no esquema criminoso, e que ensejaram o ajuizamento desta Ação Civil Pública estão assim narrados na inicial, fls. 08/10, *in verbis*:

“O demandado LAURO, por sua vez, aproveitando-se da importância da sua função que desempenhava, procurou o demandado HÉLIO, funcionário público municipal concursado na área de contabilidade e responsável pelos empenhos necessários para a realização dos pagamentos pela Prefeitura Municipal de Poconé, a fim de que promovessem desvio de dinheiro público da Prefeitura para proveito particular, em conluio com os demandados TIAGO, BENEDITO e MÁRIO, sendo esses três funcionários públicos municipais concursados. O demandado LAURO ainda contou com o auxílio material dos demandados ACÁCIO e KÉZIA, respectivamente genitor e irmã daquele, na medida em que KÉZIA emprestava sua conta bancária para que fossem feitos os depósitos oriundos de dinheiro desviado da Prefeitura Municipal e ACÁCIO disponibilizava sua conta bancária conjunta com o filho para que os depósitos também ali fossem efetivados.

Dessa forma, no período mencionado, os demandados LAURO e HÉLIO inseriam dados falsos no sistema de gerenciamento de folhas de pagamento da Prefeitura Municipal, empenhavam o valor necessário no

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

sistema contábil e consolidavam folhas de pagamento em valores ilegais, algumas vezes em valores superfaturados nos vencimentos dos demandados TIAGO, BENEDITO, MÁRIO e também de LAURO e HÉLIO, outras vezes em favor de pessoas que sequer eram servidores públicos municipais e que funcionavam como “laranjas”, a fim de ocultar a origem ilícita do dinheiro depositado (MARIA BENEDITA DA CUNHA, CLEUZA MARIA DA CUNHA, AURÍLIO LEMES DE PAULA e MÁRIO MÁRCIO SILVA VIEIRA), ou, ainda, em favor de parentes, como o caso da denunciada KÉZIA, irmã do demandado LAURO, que chegava a transferir o dinheiro desviado da Prefeitura Municipal que recebia em sua conta bancária para a conta conjunta de seu irmão LAURO e de seu genitor ACÁCIO, sendo certo que permanecia com uma porcentagem do dinheiro para fins particulares.

Conforme se logrou apurar nos documentos constantes na ação penal nº 68/2011, o demandado HÉLIO, além de receber dinheiro público desviado em sua conta bancária e em contas bancárias de “laranjas” (MARIA BENEDITA DA CUNHA, CLEUZA MARIA DA CUNHA, e AURÍLIO LEMES DE PAULA) para ocultar a origem ilícita do dinheiro, incumbia-se de inserir dados falsos no sistema contábil da Prefeitura Municipal – no empenho – para justificar o dinheiro desviado no sistema de gerenciamento de pagamento de funcionários públicos, utilizando-se, por exemplo, de valores que variam muito mês a mês, como o caso de valores oriundos de indenizações e restituições da Secretaria Municipal de Saúde. Os demandados TIAGO, BENEDITO e MÁRIO emprestavam suas contas bancárias para receberem o dinheiro público desviado e repassavam parte dos valores para o demandado LAURO e a outra parte do dinheiro era revertida em proveito dos próprios demandados em tela. A demandada KÉZIA, mesmo não sendo servidora pública, também emprestava sua conta bancária ao demandado LAURO e repassava parte do dinheiro a este imputado, na conta conjunta que existia com o seu genitor, o demandado

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

ACÁCIO, o qual tinha ciência das transferências em quantias vultosas de dinheiro público desviado.

[...]

No que concerne ao destino do dinheiro desviado, registre-se que os demandados LAURO, MÁRIO, BENEDITO e TIAGO chegavam a adquirir bens móveis e imóveis, além de gastar parte dos valores, em conjunto, com festas, bebidas e mulheres. O demandado HÉLIO, com o dinheiro desviado, adquiriu imóvel na Capital.”

Resta, então, examinar se as provas produzidas nos autos são bastantes para dar suporte à manutenção ou não da sentença hostilizada, mediante a análise circunstanciada da comprovação da participação dos recorrentes-envolvidos no esquema fraudulento acima mensurado, como também da utilização, em proveito do próprio ou de terceiros, das verbas públicas municipais desviadas ilicitamente.

Inicialmente devo ressaltar que no exame de casos como o presente, sempre parto do pressuposto de que o administrador ou o particular que lida com verbas públicas tem o dever de comprovar, de forma cabal, a sua correta aplicação, até porque não se admite que aquele que administra ou utiliza verba pública, a qual, portanto, não lhe pertence, não comprove de forma transparente a sua aplicação em benefício da coletividade. Trata-se, pois, de uma conduta esperada do agente público, consentânea da moralidade administrativa.

Sobre a moralidade administrativa, vale lembrar, aqui, a lição do memorável Hely Lopes Meirelles, citando Maurice Hauriou:

“Desenvolvendo sua doutrina, explica o mesmo autor que o agente administrador, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o Bem do Mal, o honesto do desonesto. E, ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente sobre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto. Por considerações de Direito e de Moral, o ato administrativo não terá que obedecer somente à lei jurídica, mas também à lei ética da própria instituição, porque nem tudo que é legal é honesto, conforme já proclamavam os romanos: 'non omne quod licet honestum est'. A moral comum, remata Hauriou, é imposta ao homem para a sua conduta externa; a moral administrativa é imposta ao agente público para sua conduta interna, segundo as exigências da instituição a que serve e a finalidade de sua ação: o bem comum” (in “Direito Administrativo Brasileiro”, 26ª Edição, Malheiros Editores, 2001, págs. 83/84).

Portanto, nesta oportunidade o desafio está na devida avaliação da conduta individual dos agentes, a fim de averiguar possível ato ímprobo atribuído na peça exordial a cada um dos apelantes, que revele ou não as suas vontades em atingir o resultado vedado pela norma à luz do contexto fático e não apenas da mera violação da lei, sob pena de se consagrar a responsabilidade objetiva em matéria de improbidade administrativa.

Pois bem. Aduz o apelante **Lauro César da Silva**, em suas razões recursais [fls. 1159/1166], que os autos carecem de nenhuma comprovação acerca da sua parcela de contribuição, mediante ação ou omissão, tampouco há mensuração concreta do prejuízo causado ao erário ou ainda discriminação dos bens adquiridos com recurso ilícito, de modo que não poderia o togado singular aplicar as sanções ora questionadas de forma equânime a todos os envolvidos, o que por certo acaba por violar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Por sua vez, a recorrente **Kézia Christiny da Silva**, afirma que o magistrado singular, ao tempo da prolação do édito condenatório, “*ignorou por completo que também a recorrente manifestou no sentido de que não tinha conhecimento da origem dos recursos, já que LAURO promovia eventos na cidade, e, ainda movimentava a conta da bicicletaria de seu pai*” [sic fl. 1162].

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

Este mesmo fundamento foi também invocado pelo recorrente **Acácio Lourenço da Silva**, ao assinalar que não detinha “*conhecimento da origem dos valores movimentados pelo Recorrente Lauro, pois o mesmo promovia eventos e ainda movimentava os recursos da bicicletaria*” [sic fl. 1162].

Todavia, conforme bem analisado pelo magistrado *a quo*, as confissões oriundas dos depoimentos prestados por todos os envolvidos tanto no procedimento administrativo quanto no Procedimento de Investigação Criminal do Ministério Público [registro GEAP nº. 002653-073/2010], o qual, inclusive, deu suporte ao ajuizamento da presente ação por improbidade administrativa, dão conta da parcela individualizada das fraudes cometidas, bem como das condutas ímprobas.

As provas colhidas realmente não deixam dúvida de que os suplicantes se apropriaram, total ou parcialmente, de verba pública desviada do Município de Poconé.

Tal conclusão, repita-se, decorre não só do fato de que as justificativas apresentadas pelos apelantes são absolutamente inverossímeis, mas do conjunto das provas testemunhal e documental que demonstram, de forma cabal, que houve a inserção de dados falsos nos sistemas de gerenciamento de folha de pagamento da Prefeitura Municipal, engendrada pelo recorrente Lauro, ainda que auxiliado por outros servidores públicos, como também o uso indevido de dinheiro público para finalidades estritamente pessoais, mostrando-se, pois, totalmente irrelevante para efeitos sancionatórios o alegado desconhecimento da origem da importância respectiva, porquanto há, no mínimo, culpa no agir do detentor da conta bancária.

No tocante à efetividade da participação e proveito econômico obtido no esquema fraudulento arquitetado pelo primeiro recorrente, os depoimentos dos envolvidos, examinado em seu conjunto, afasta qualquer dúvida que pudesse vir a existir acerca do cometimento da conduta ímproba atribuída ao mesmo pelo *Parquet* na peça de ingresso, senão vejamos:

Benedito Geraldo Pinto de Oliveira, ao prestar seu depoimento na data de 21/12/2010 junto à Promotoria de Justiça da Comarca de Poconé, declarou o

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

seguinte:

“[...] que no fim do ano de 2009 foi procurado por LAURO CÉSAR DA SILVA, que era responsável pela remessa das folhas de pagamento ao Banco do Brasil e ocupava o cargo comissionado de assessor técnico junto à Secretaria Municipal de Finanças, no sentido de que o declarante autorizasse o depósito de dinheiro em sua conta corrente e depois repassasse a quantia ao próprio LAURO; que o declarante, em razão de dívidas que possuía, acabou aceitando a proposta, e, a partir de janeiro de 2010, mensalmente, LAURO depositava quantias na conta bancária do declarante e este sacava referidas quantias, permanecendo com cerca de R\$ 300,00 (trezentos reais) até o máximo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada depósito que era feito na sua conta; que LAURO ficava com cerca de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por mês que vinha da conta bancária do declarante [...]” – sic fl. 689, vol. IV [grifos nossos].

Hélio Martimiano da Cunha, por sua vez, descreveu de forma minuciosa e rica de detalhes acerca do desenvolvimento dos atos ilícitos que causaram prejuízo vultoso dos cofres municipais:

“[...] que no início de 2009 o declarante foi procurado por LAURO CÉSAR DA SILVA, responsável pela remessa de folha de pagamentos da Prefeitura Municipal ao banco, o qual propôs o encaminhamento de repasse financeiro para o declarante, a fim de que este promovesse os devidos empenhos no setor da contabilidade, tudo para justificar os irregulares repasses de dinheiro público; assim, o declarante era acionado por LAURO, que indicava que iria promover remessa de folha de pagamento ao banco e o declarante fazia o empenho necessário; o declarante fazia os empenhos sob a rubrica “indenizações/restituições”, a

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

qual não era confrontada com a folha de pagamentos que vinha do setor de recursos humanos; que a folha de pagamentos remetida ao banco era assinada pela Secretária de Finanças e pelo Prefeito Municipal, à época CARLINA e CLÓVIS MATINS, mas o declarante não tinha acesso a essas folhas de pagamento que eram remetidas ao banco; que o declarante só fazia os empenhos necessários, conforme solicitação de LAURO; que dessa forma, era feito primeiro o pagamento por LAURO e depois o empenho pelo declarante para justificar; que LAURO fazia remessas de dinheiro público indevido na conta bancária do declarante e na conta bancária de sua irmã MARIA BENEDITA DA CUNHA; [...] que o declarante aceitou a proposta de LAURO em justificar as remessas indevidas de dinheiro em folhas de pagamento em virtude de querer quitar suas dívidas e obter um imóvel em Cuiabá/MT [...]” – sic fls. 699/700, vol. IV [grifos nossos].

Tiago da Silva Gomes, em sua declaração feita no procedimento de investigação criminal, esclareceu que somente no período entre abril e dezembro de 2010 foram movimentados aproximadamente R\$12.000,00 [doze mil reais] da sua conta bancária, após a realização de depósitos de forma ilícita por intermédio da atuação do apelante Lauro, importâncias essas utilizadas com finalidades escusas. Veja-se:

“[...] que no mês de abril de 2010, LAURO depositou cerca de R\$ 2.474,87 (dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos) na conta bancária do declarante e o mesmo sacou todo o valor e entregou para LAURO; que não sabia que referido valor era da Prefeitura Municipal; que em setembro de 2010, LAURO depositou cerca de R\$2.888,88 (dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos) na conta do declarante, sendo que referido valor o declarante já sabia que era oriundo da Prefeitura Municipal; que cerca de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) foram transferidos para a conta conjunta de

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

LAURO e seu genitor (B.Brasil, agência 0662-9, conta 2005-2), o restante do valor foi todo gasto com farra na cidade pelo declarante, LAURO e BENEDITO GERALDO; que em outubro de 2010 foi depositado novamente cerca de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), ocasião em que o declarante transferiu R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para LAURO, R\$ 500,00 (quinhentos reais) para BENEDITO GERALDO e mais R\$ 300,00 (trezentos reais) para LAURO; desse valor o declarante ficou com R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) e o resto foi gasto em farra pelo declarante, LAURO, e BENEDITO GERALDO; em novembro de 2010 recebeu cerca de R\$ 1.890,00 (um mil e oitocentos e noventa reais) e desse valor transferiu 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para a sua conta poupança; da conta poupança o declarante sacou o valor para farrear junto com BENEDITO GERALDO e LAURO; que o declarante permaneceu com o restante do dinheiro em sua conta (cerca de R\$ 390,00); que em dezembro de 2010 novamente LAURO depositou em sua conta cerca de R\$ 1.890,00 (um mil e oitocentos e noventa reais), ficando R\$ 300,00 para o declarante, R\$ 300,00 para BENEDITO GERALDO e R\$300,00 para LAURO e o resto do montante foi gasto em farra; que sabe que LAURO tinha que veículo Corola, o qual entregou para adquirir uma casa no centro de Poconé; que sabe que o valor da casa era de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) [...]” – sic 679/680, vol. IV [grifos nossos].

Ademais, verifica-se que a participação efetiva de Lauro César da Silva, em conluio de outros servidores municipais, no aludido esquema foi confessado pelo próprio ao declarante **Ney Rondon Marques**, então Prefeito municipal e descobridor dos desvios das verbas públicas, consoante se verifica do seguinte trecho extraído do Termo de Declaração de fls. 631/634, *verbis*:

“[...] no dia 10.12.2010, o declarante, diante da gravidade da

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

*situação acabou exonerando LAURO CÉSAR DA SILVA do cargo comissionado de assessor técnico da Prefeitura Municipal, e, ainda, solicitou auditoria geral na folha de pagamento de funcionários públicos; no dia 13.12.2010, o declarante, por orientação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, instaurou procedimento para Tomada de Contas Especial com a finalidade de apurar os desvios de dinheiro público nas folhas de pagamento dos servidores públicos municipais; **que o declarante chegou a conversar com LAURO CÉSAR DA SILVA e com HÉLIO MARTIMIANO DA CUNHA sobre os fatos, e ambos acabaram confessando que desviaram dinheiro público das folhas de pagamento; ambos confessaram que depositavam dinheiro na conta de terceiras pessoas [...]**” – grifos nossos.*

Da análise das declarações retromencionadas, conclui-se inegavelmente que houve o cometimento de atos de improbidade administrativa relatados na inicial, cuja a conduta do réu *Lauro César da Silva* encaixa-se perfeitamente nas três modalidades de improbidade, ou seja, atos que importam enriquecimento ilícito [art. 9º, incisos I, VII, VIII, IX, X, XI, XII], atos que causam prejuízo ao Erário [art. 10, incisos I, II, III, VI, IX e XII] e atos que atentam contra os princípios da Administração Pública [art. 11, caput e inc. I], consoante corretamente assinado pelo togado de primeiro grau.

Merece registro, ademais, que em consulta realizada no sistema *PRIMUS*, constata-se que com relação aos referidos fatos o ora apelante, em **12/12/2015**, também foi condenado criminalmente na Ação Penal nº. 68/2011 que tramitou perante o mesmo juízo singular, à pena de 11 [onze] anos e 08 [oito] meses de reclusão, a ser cumprido no regime inicialmente fechado, como incurso nos tipos penais do art. 312, *caput* [peculato] e art. 313-A [inserção de dados falsos em sistemas de informações], ambos do CP, bem como no do art. 1º, inc. V e §1º, inc. II, da Lei nº. 9.613/98 [lavagem de dinheiro], em concurso material e continuidade delitiva, cujo trânsito não se operou

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

em razão de recurso de apelação interposto pelos envolvidos e pelo Parquet, ainda pendente de remessa a esta egrégia Corte de Justiça, de modo a reforçar a manutenção do édito condenatório impugnado por meio do presente apelo.

Do mesmo modo, com relação à apelante *Kézia Christiny da Silva*, consoante o apurado nos autos, observa-se que restou devidamente comprovado os atos lhe imputados na inicial amoldam-se, no mínimo, às figuras ímprobas do art. 10, incisos I, II e XII, da LIA, pelas condutas ilícitas de incorporar verbas públicas ao patrimônio particular e de terceiros [irmão], ou permitir e utilizar verbas públicas como forma de enriquecimento ilícito.

Aliás, essa incorporação, permissão ou utilização de valores públicos em prejuízo ao Município de Poconé é comprovada por meio da própria declaração firmada na data de 21/12/2010 pela recorrente perante a Promotoria de Justiça da Comarca de Poconé, nos autos do Procedimento de Investigação Criminal GEAP nº. 002653-073/2010, conforme se extrai do seguinte trecho, *verbis*:

*“Que a declarante é irmã de LAURO CÉSAR DA SILVA; que na família são três irmãos, sendo o primeiro LAURO, a segunda LAURIANY CRISTINY DA SILVA e a declarante a irmã mais nova; que reside em Várzea Grande/MT desde 2003 com sua irmã LAURIANY; que no fim do ano de 2009, LAURO solicitou que a declarante emprestasse sua conta por período, mas não disse o motivo; **que LAURO solicitou que quando fizesse os depósitos na conta bancária da declarante, a mesma repasse o valor para a sua conta bancária;** que pelo que se recorda a conta bancária era conjunta com seu genitor Acácio Lourenço da Silva; que pelo que se recorda o final do número da conta bancária era 2005/2; que a conta bancária era junto ao Banco do Brasil; que a conta bancária da declarante também era do Banco do Brasil, agência Cuiabá/MT; **que LAURO autorizava, para cada depósito na conta bancária da declarante, a permanência de cerca de R\$ 500,00 (quinhentos reais), valor este que a declarante utilizava para***

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

pagar suas despesas pessoais e de sua irmã; que o primeiro valor a ser depositado em sua conta foi em outubro de 2010, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais); que este valor, a declarante acha que foi oriundo dos lucros que LAURO teria aferido com a festa da Micareconé e de patrocinadores; que LAURO nunca afirmava que o dinheiro ia ser depositado na conta da declarante, pedindo para esta confirmar o depósito do dinheiro e então repassar para a conta de LAURO [...]” – sic fl. 692, vol. IV [grifos nossos].

Ora, do teor da declaração extrajudicial retromencionada, soa estranho o desconhecimento da origem das transferências, na medida em que o conjunto fático-probatório, notadamente as cópias dos extratos bancários e dos requerimentos de autorização para liberação de créditos juntados aos autos do procedimento investigativo criminal [fls. 155/604 – vol. I a IV], demonstra que as mesmas eram provenientes da Prefeitura Municipal de Poconé, na forma de “proventos”, igualmente constatada por meio das cópias dos extratos juntados pelo declarante/denunciado Tiago da Silva Gomes às fls. 682/688.

Esta confirmação acerca da remessa/ordem de pagamento provenientes da Prefeitura Municipal é igualmente evidenciada dos termos da declaração prestada extrajudicialmente pelo gerente do Banco do Brasil ao tempo dos fatos apurados, **Sr. Gilmar José de Deus**, responsável pelos assuntos envolvendo o Convênio celebrado com aquela municipalidade, dentre os quais inserem-se as liberações das quantias correspondentes. Veja-se:

*“[...] em relação às remessas de pagamento encaminhadas por documento (papel), não era obrigatório conforme o convênio mencionado, contudo, era de praxe utilizar essas remessas de pagamento no papel como forma de corroborar as remessas de pagamento feitas eletronicamente; [...] o declarante esclarece que as remessas eletrônicas apareciam o nº da remessa, a quantidade de funcionários e o valor total da remessa; **que os***

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

nomes dos funcionários ou beneficiários de pagamentos apareciam na remessa encaminhada por documento, mas não tinha como o banco conferir os nomes com a remessa eletrônica, até porque a obrigação do banco é conferir o nº da remessa, o valor total de pagamento e a disponibilidade financeira em caixa; que os pagamentos dos funcionários da Prefeitura Municipal somente eram feitos pelo banco após o encaminhamento da remessa por papel, ocasião em que se conferia as assinaturas do prefeito municipal e do secretário de finanças [...]” – sic fls. 710/711 [grifos nossos].

A mesma orientação deve ser estendida ao genitor do agente público [*Acácio Lourenço da Silva*] que, em conluio de outros servidores, desviou vultosa quantia dos cofres do ente público municipal, mostrando-se, pois, irretocável a conclusão do togado singular quanto à subsunção dos seus atos à figura ímproba do art. 10, incisos I, II e XII, da LIA – incorporação de verbas públicas ao patrimônio particular e de terceiros [irmão], ou permissão e utilização de verbas públicas como forma de enriquecimento ilícito –, seja pela incongruência da renda *per capita* auferida [em torno de R\$5.000,00, de acordo com o depoimento prestado por Kézia Christiny da Silva – fl. 693] frente aos bens adquiridos exatamente no período em que houve o desvio de verba pública, seja porque, embora esclareça possuir outra conta bancária diversa daquela movimentada por Lauro, em nenhum momento que diligenciou no feito fez prova acerca das suas alegações.

E para evitar tautologia desnecessária, reproduzo, no ponto de interesse, os fundamentos do magistrado *a quo* utilizados para condenar referido recorrente, *verbis*:

“[...] quanto ao réu ACÁCIO, insta salientar que, conquanto sustente não ter qualquer relação nos fatos, de não ser funcionário público e de não ter acesso às senhas e dados, trouxe o autor aos autor suas

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

declarações no Procedimento de Investigação Criminal, fl. 707, na qual argumenta o réu que o veículo Corolla foi por ele adquirido, e que o imóvel (casa) foi adquirida com a parte do pagamento vindo do réu Lauro, no caso, valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), totalizando R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) o imóvel.

Nesse diapasão, o autor logrou êxito em cumprir o que preconiza o art. 333, I do Código de Processo Civil, fazendo assim prova de fato constitutivo do seu direito. Assim, caberia ao réu fazer prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, o que não comprovou, haja vista que simplesmente alegou, sem, contudo, na contestação apresentar qualquer documentação nesse sentido.

Em acréscimo, há provas carreadas nos autos a demonstrar a prática dos atos ímprobos, visto que em cotejo dos documentos de fls. 606/623, nota-se que os vencimentos dos réus estão muito aquém dos valores depositados nas contas bancárias junto ao Banco do Brasil.

Nesse horizonte, em se considerando os valores devidos conforme as folhas de pagamento dos réus (fls. 606/623), com relação aos depósitos e movimentações das contas bancários dos réus e terceiros utilizados para o recebimento dos recursos indevidamente desviados, conforme extratos de fls. 155/604, restaram que incontroversos os prejuízos sofridos pelo município de Poconé, logo, impondo aos réus as penalidades previstas da Lei 8.429/02, dentre eles o devido ressarcimento ao erário público.

Disso exposto, tem-se que os atos praticados pelos réus LAURO, TIAGO, HÉLIO, BENEDITO, MÁRIO, ACÁCIO e KEZIA violam os princípios basilares da administração pública, bem como se enquadram nas disposições dos art. 1º, 2º, 9º, 10º dentre outros.” [sic fl. 1150 e vº].

Logo, mostra-se descabida tal escusa, na medida em que as

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

condutas constantes do art. 10 da LIA são puníveis pelo agir culposo do agente ímprobo, cujo afastamento não foi infirmado pelos recorrentes, mostrando-se, pois, irrelevante para o desfecho do presente caso o fato de os ora apelantes – Kézia e Acácio – terem sido absolvidos na seara criminal [Ação Penal nº. 68/2011], porquanto esta se deu em virtude da previsão contida no inciso VII do art. 386 do CPP [“*não existir prova suficiente para a condenação*”].

Aliás, em face da independência entre as instâncias [art. 12, *caput*, LIA], a ausência de condenação na esfera penal não vincula o juízo quando da condenação política, salvo em relação à sentença absolutória, caso esta tenha um dos dois fundamentos específicos, quais sejam: **a inexistência do fato atribuído ao autor ou a sua exclusão da condição de autor do fato**, respectivamente, incisos I e IV do artigo 386 do CPP, ocasião em que haverá, sim, repercussão no âmbito das demais esferas.

Desta forma, não houve, a meu ver, afronta ao princípio da individualização da pena – aqui chamada sanção por ser esfera civil – porque, além de a legislação prever as mesmas sanções para as condutas praticadas por cada réu [art. 12, incs. I, II e III, da Lei nº. 8.429/92], tenho que todos os envolvidos no esquema fraudulento, incluindo os recorrentes Lauro, Acácio e Kézia, contribuíram de forma proporcional para a prática do delito, o que torna o resultado prático inegavelmente equânime para todos.

Em outros termos, a conduta de cada réu, embora singular se em si considerada, teve a mesma conotação nociva, ímproba e ilegal, por isso também mantenho a sentença nesse ponto.

Nesse mesmo sentido, por vezes já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

“ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LEI Nº 8.429/92. ATO DE IMPROBIDADE. REPARAÇÃO DE DANOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. DOSIMETRIA DA PENA. CABIMENTO. 1) Os atos de improbidade que

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

importem em enriquecimento ilícito (art. 9º) normalmente sujeitam o agente a todas as sanções previstas no art. 12, I, pois referidos atos sempre são dolosos e ferem o interesse público, ocupando o mais alto degrau da escala de reprovabilidade. Todos são prejudicados, até mesmo os agentes do ato ímprobo, porque, quer queiram ou não, estão inseridos na sociedade que não respeitam [...]. 3) Na hipótese em que sejam vários os agentes, cada um agindo em determinado campo de atuação, mas de cujos atos resultem o dano à Administração Pública, correta a condenação solidária de todos na restituição do patrimônio público e indenização pelos danos causados.”
[REsp nº 678.599/MG. Min. JOAO OTÁVIO DE NORONHA]

Diante disso, tendo em vista o êxito na comprovação dos atos definidos nas três modalidades de ato ímprobo [arts. 9º, 10 e 11] previstos na Lei nº. 8.429/1992, a manutenção da sentença é medida que se impõe.

Diante do exposto, em dissonância com o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, conheço do recurso de apelação interposto pelos recorrentes e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO** ao mesmo, mantendo-se hígida a sentença hostilizada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto.

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
APELAÇÃO Nº 24967/2016 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE POCONÉ
RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência do DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, por meio da Câmara Julgadora, composta pela DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES (Relatora), DES. GUIOMAR TEODORO BORGES (1º Vogal convocado) e DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA (2º Vogal), proferiu a seguinte decisão: **À UNANIMIDADE, NEGOU PROVIMENTO AOS RECURSOS.**

Cuiabá, 28 de agosto de 2018.

DESEMBARGADORA ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES -
RELATORA